

---

## NEOLIBERALISMO: OS CLÁSSICOS NO BRASIL

**Estudante(s):** Ana Victória Nogueira Teixeira ([ana.victoria@estudante.iftm.edu.br](mailto:ana.victoria@estudante.iftm.edu.br)),  
Giovanna Karla Macedo Borges Alves ([giovanna.alves@estudante.iftm.edu.br](mailto:giovanna.alves@estudante.iftm.edu.br))

**Orientador(es):** Márcio Bonesso ([Marciobonesso@iftm.edu.br](mailto:Marciobonesso@iftm.edu.br))

**Escola:** Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Uberlândia-Centro

### Resumo

A análise das obras, “Os Sentidos do Lulismo” e “O Lulismo em Crise” do autor André Singer, e “A Desertificação Neoliberal no Brasil”, de Ricardo Antunes além das bases teóricas de autores clássicos do pensamento neoliberal, como Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, foram utilizadas a fim de analisarmos desta vez os governos Lula I e II. Com o intuito de entender como eles relacionam as bases do neoliberalismo clássico e sua implementação nos governos pós-ditadura no Brasil. A pesquisa trouxe de forma crítica, como esse processo se deu seja na manutenção de diretrizes neoliberais, seja em sua contraposição através de políticas sociais e redistributivas. Deste modo, enquadrrou-se diretamente à compreensão de como as políticas governamentais no governo Lula, gerou um crescimento econômico, superávits comerciais e inclusão social e também como foram postas sem romper de maneira estrutural com o modelo neoliberal no país. A pesquisa foi realizada pelos alunos do ensino médio integrado ao técnico em Comércio, por meio de resultados que perpassam o campo das Ciências Políticas e da Sociologia Política. As pesquisas foram realizadas mediante análise do processo histórico e, além das bibliografias citadas, houve o estabelecimento da relação entre o neoliberalismo nos governos anteriores e em como aconteceu a manutenção destas práticas no governo subsequente, além de como essas políticas de governança estavam mais aproximadas das práticas neoliberais clássicas de Von Mises e Hayek ou de suas contraposições keynesianas (sociais-democráticas) e marxistas (socialistas).

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Sociologia Brasileira. Políticas Brasileiras.

### Introdução e justificativa

O neoliberalismo como teoria política surge nas décadas de 1930 e 1940, mas foi considerado uma "ideia fora do lugar" (Nildo Viana, 2015), pois só ganhou força a partir das crises do modelo social-democrata entre 1970 e 1980, especialmente em ditaduras sul-

americanas e nos governos de Thatcher, Reagan e Kohl. Os principais valores dos governos neoliberais são ligados a valorização do mercado em detrimento do Estado, cortes em gastos sociais, privatizações e fortalecimento de políticas repressivas. Em simultâneo, como aponta Castells (2016), as transformações tecnológicas da microeletrônica e da internet impulsionaram a globalização, a liberalização dos capitais e políticas de austeridade, reforçando esse modelo econômico e político.

Assim, investigou-se como essas questões foram implementadas nos setores produtivos e tecnológicos do Brasil, a partir dos governos recentes, pós-ditadura militar, visando compreender como cada governo desenhou e implementou essas ações neoliberais, ou suas contraposições ideológicas (sociais-democratas e/ou socialistas), no desenvolvimento das tecnologias de produção dos setores industriais, na questão do trabalho e nas políticas sociais. A pesquisa deste ano parte da continuidade do estudo iniciado no projeto anterior, em que analisamos as bases do neoliberalismo clássico e sua implementação nos governos pós-ditadura no Brasil. Agora, buscamos compreender de que forma os governos Lula (2003–2010) se relacionaram com esse processo, seja na manutenção de diretrizes neoliberais, seja em sua contraposição através de políticas sociais e redistributivas.

A importância da pesquisa realizada ao longo deste ano perpassa pela importância do debate sobre o lulismo que se tornou central na ciência política e na sociologia brasileira, especialmente por articular crescimento econômico, superávits comerciais e inclusão social sem romper de maneira estrutural com o modelo neoliberal. O panorama deixado por esse governo traz à superfície questões importantes sobre a continuidade e a ruptura do projeto político-econômico do país, além de ajudar a entender a crise política posterior a ele.

Por tudo isso podemos justificar nossa escolha pelo tema a partir da relevância histórica e contemporânea de investigar os limites e avanços dos governos Lula, considerando tanto o contexto internacional favorável (boom das commodities, expansão do comércio global) quanto às políticas internas que reduziram a pobreza e o desemprego. Assim, acreditamos que este estudo contribui para compreender não apenas o papel do lulismo na configuração política e econômica brasileira, mas também os desafios que emergiram no período seguinte.

## Objetivos

A pergunta que conduziu nosso projeto neste ano foi: até que ponto os governos Lula 1 e 2 representaram uma ruptura com o modelo neoliberal ou apenas deram continuidade a ele sob novas bases? Para responder a essa questão, buscamos identificar e compreender os indicadores econômicos do desenvolvimento industrial, infraestrutural e de serviços no período, analisando se as políticas de governança estavam mais próximas das práticas neoliberais clássicas de Von Mises e Hayek ou de suas contraposições keynesianas (sociais-democráticas) e marxistas (socialistas). Além da dimensão econômica, também consideramos as políticas sociais implementadas, como o Bolsa Família e a valorização do salário mínimo, que ampliaram o consumo popular e reduziram desigualdades, articulando-se ao debate sobre o lulismo. Assim, nosso objetivo é compreender de forma crítica os avanços e os limites desse modelo, bem como suas contradições e legados para a configuração econômica, social e política do Brasil.

## **Metodologia**

O método de pesquisa teve como base uma articulação das revisões bibliográficas e de dados estatísticos governamentais brasileiros, no período pós-redemocratização. A revisão bibliográfica tiveram como principais referenciais as obras “Os Sentidos do Lulismo” e “O Lulismo em Crise” do autor André Singer, “A Desertificação Neoliberal no Brasil”, de Ricardo Antunes e também utilizamos como base as propostas de autores clássicos do pensamento neoliberal, como Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, contrapostas às contribuições social-democratas de John Keynes e à crítica socialista de Karl Marx.

A organização dos dados estatísticos sobre o Salário Mínimo Real, Desemprego, Crescimento Econômico Mundial, entre outros teve como base planos de trabalho específicos de alunos pesquisadores do curso técnico integrado de Comércio do IFTM campus Uberlândia-centro, sobre cada governo desses períodos: Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. A organização desses dados estatísticos teve como fonte de pesquisa as plataformas de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e também via Google Acadêmico, usamos como complemento artigos, teses ou dissertações científicas sobre os temas.

## **Resultados e Discussão**

O ponto de partida para compreender os governos Lula é analisar o Brasil deixado por Fernando Henrique Cardoso. O governo FHC consolidou o Plano Real que havia sido criado no Governo Itamar Franco, estabilizando a inflação após décadas de instabilidade, dando continuidade e tornando ainda mais forte e importante o processo de privatizações e abertura econômica iniciados nos anos 1990. Essa agenda permitiu maior previsibilidade aos mercados e atraiu investimentos a ponto de em determinados momentos o Real superar o câmbio do dólar, mas trouxe também limites importantes: o crescimento econômico foi baixo, o desemprego manteve-se elevado e as desigualdades sociais permanecem intensas. Assim, Lula assumiu em 2003 um país com a inflação controlada na casa dos 8,1667%, porém com um endividamento externo de US\$ 214,898 bilhões, vulnerabilidade cambial e sérios problemas sociais. É nesse contexto que se desenha a experiência do lulismo, marcada pela tentativa de conciliar estabilidade macroeconômica com políticas de inclusão social.

Entre os anos de 2000 e de 2014, o mundo viveu um momento de forte demanda por produtos de base, esse momento chamado de “boom das commodities” foi impulsionado pela forte industrialização das economias chinesa e indiana que formam o maior mercado consumidor do mundo. Essa demanda de mercado por esses bens favoreceu muito o Brasil ao longo dos mandatos de Lula (2003-2010), fazendo com que o país registrasse superávits consecutivos, uma vez que o país é historicamente um grande exportador de commodities agrícolas e minerais, e no período suas exportações de soja, minério de ferro e petróleo encabeçaram o crescimento econômico. Essa expansão consolidou a balança comercial como uma das bases da estabilidade macroeconômica, ao lado da manutenção do controle da inflação e da disciplina fiscal herdada do Plano Real.

Durante os oito anos de seu mandato presidencial, Lula investiu em uma estratégia de ampliação da abertura comercial e de diversificação das relações internacionais. Por um lado, reforçando vínculos com organismos multilaterais (ONU, FMI, OMS) e buscou maior integração nos fluxos globais de capital e comércio, em sintonia com práticas neoliberais. Por outro, apostou no fortalecimento das relações Sul-Sul, tomando a iniciativa, junto a China, de criar mecanismos como o BRICS e expandindo parcerias na América Latina – tendo papel ainda mais ativo no Mercosul – e na África, o que deu ao Brasil maior projeção internacional. Internamente, esse cenário externo favorável contribuiu para a redução do desemprego — que caiu de cerca de 12% em 2002 para pouco mais de 6% em 2010 — e para o crescimento do PIB, que se manteve elevado até a crise financeira de 2008. Embora a crise tenha afetado

---

exportações e investimentos, o Brasil respondeu com políticas anticíclicas, ampliando o crédito e estimulando o consumo, o que possibilitou rápida retomada em 2009-2010.

Então, por um lado, os governos Lula mantiveram características neoliberais, como a abertura ao mercado global e a disciplina macroeconômica, mas por outro, implementaram políticas sociais que marcaram uma ruptura parcial com esse paradigma. O principal exemplo foi o Bolsa Família, programa de transferência de renda que unificou iniciativas anteriores – como o Bolsa Escola do Fernando Henrique Cardoso – e se tornou referência mundial na redução da pobreza extrema – graças também ao programa Fome Zero. Além disso, a política de valorização do salário mínimo assegurou ganhos reais de poder de compra aos trabalhadores, contribuindo para dinamizar o consumo interno. Outra medida muito importante foi a ampliação do acesso ao crédito, com destaque para o papel dos bancos públicos, que estimularam a compra de bens duráveis e a entrada de milhões de brasileiros no mercado de consumo, através de programas sociais como o Minha Casa Minha Vida. Essas ações, associadas à formalização do trabalho e à geração de empregos, possibilitaram a ascensão social de camadas populares e a formação de uma nova e muito maior classe média consumidora. Na análise de André Singer, esse arranjo ficou conhecido como lulismo – uma forma de conciliação entre capital e trabalho, em que se promovia inclusão social sem romper com as bases neoliberais. Ou seja, as políticas redistributivas não questionavam a lógica de mercado nem o padrão exportador de commodities, mas ofereciam compensações sociais que garantiram apoio popular ao governo e estabilidade política no curto prazo.

Com tudo isso é possível concluir que apesar dos grandes avanços econômicos e sociais, o modelo dos governos Lula revelou limites estruturais importantes. A forte dependência do boom das commodities deixou o crescimento brasileiro vulnerável às oscilações do mercado internacional. E embora a crise financeira de 2008 tenha sido contornada com políticas anticíclicas, a fragilidade da economia brasileira – que era excessivamente apoiada em exportações de baixo valor agregado – foi exposta. Se entende a partir disso que o lulismo não promoveu reformas estruturais de longo alcance, como a tributária, a agrária ou a industrial, mas manteve problemas históricos de concentração de renda, baixa complexidade produtiva e desigualdades regionais sob uma base de políticas assistencialista e populista. Assim sendo, o pacto de conciliação entre diferentes classes sociais garantiu estabilidade política durante os dois mandatos, mas ao evitar enfrentamentos mais profundos, também gerou tensões acumuladas que viriam à tona posteriormente.

---

## **Conclusões**

Nesse contexto, pode-se inferir que o país vivia em um cenário onde sofria com graves problemas socioeconômicos, devido ao legado de instabilidade deixado pelo longo período de Ditadura Militar no Brasil. E essas problemáticas não foram bem solucionadas pelos primeiros governos com práticas neoliberais, tendo em vista que durante os governos José Sarney e Fernando Collor, em diversas situações, tentativas foram implementadas e se provaram insuficientes para controlar o cenário hiperinflacionário; Foi apenas com a chegada do governo Fernando Henrique e a execução do Plano Real que o país teve este problema relativamente solucionado.

A auto regulação do mercado não foi o bastante para transmutar os altos números, então, foram promovidas intervenções por meio de planos econômicos que eram desconexos aos pensamentos neoliberais. As privatizações e desestatizações, que tinham como objetivo de acrescentar aos caixas públicos e implantar medidas de regulação econômica e de mercado, também não foram suficientes para contornar a situação, e retirou a cobertura industrial brasileira.

## **Referências**

- ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula. Campinas: Autores Associados, 2004.
- HAYEK, Friedrich August von. O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- KEYNES, John Maynard. Teoria da dinâmica econômica. (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MISES, Ludwig von. Liberalismo. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- MISES, Ludwig von. A mentalidade anticapitalista. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2020.

---

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIANA, Nildo. Neoliberalismo, afinal o que é? Revista de Sociologia, n. 1. São Paulo: Scala, 2015.